ANAIS
IV EURO ELECS
2021

ARTIGO

BOM VIVER E PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL: ANÁLISE DAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE E PADRÕES ESPACIAIS TRADICIONAIS NA VILA DE CARAÍVA/BA



FERREIRA, Marcos
marcos.cortes.ferreira@gmail.com)
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

ANDRADE, Liza
(lizamsa@gmail.com)
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

MENEZES, Paulo
(paulodimasmenezes@gmail.com)
Universidade de Federal do Sul da Bahia (UFSB), Brasil

PALAVRAS-CHAVE:

Gentrificação, Território Tradicional, Bem Viver, Sustentabilidade, Planejamento urbano-ambiental.

RESUMO

A pandemia pelo novo coronavírus, somado aos problemas decorrentes do aquecimento global, intensificaram discussões muito antes apresentadas por pensadores contemporâneos do Sul Global, principalmente no que se refere ao estilo de vida consumista e exploratório neoliberal. Como alternativa para um modo de vida mais justo e genuinamente sustentável, indígenas e estudiosos de *Abya Yala* (Américas) discutem acerca do "Bem Viver": um espaço justo e agradável onde a coletividade e a harmonia entre os seres são essenciais para o desenvolvimento individual, coletivo e para o futuro do nosso planeta e das próximas gerações. Visando incluir a cosmovisão indígena dos povos de *Pindorama* (Brasil) na análise dos Princípios de Sustentabilidade, este artigo buscou por meio de processo participativo propor novos cenários e soluções para os problemas causados pelo processo de gentrificação, tendo como estudo de caso a Vila de Caraíva/BA e seu entorno imediato. Para tanto, fez-se necessário revisão bibliográfica e a aplicação de questionário semiestruturado, adaptando-se às condições impostas pelo ainda estado de pandemia com sua aplicação de forma remota (*google forms)* e elaborado a partir de reuniões com a Associação dos Nativos de Caraíva (ANAC). Como resultados, foram identificados os padrões espaciais e de acontecimentos tradicionais; elementos da paisagem e habitação de característica afetiva e tradicional; distribuição e localização dos nativos nas regiões de Caraíva e entorno; atuais demandas e problemáticas relatadas pela população tradicional e a percepção do turismo como um fenômeno social importante para as dinâmicas atuais da comunidade tradicional.

1. INTRODUÇÃO

A visão interdisciplinar nas diversas áreas do conhecimento é cada vez mais valorizada e incentivada pela comunidade científica, servindo como base para um melhor entendimento das disciplinas entre si nas buscas por soluções, conceitos, teorias e metodologias que visam compreender o objeto de estudo como um fenômeno sistêmico. Ainda assim, não são o suficiente para evitar as crises e perdas como os causados recentemente pela pandemia do novo coronavírus e pelo agravamento do aquecimento global.

De acordo com o relatório do Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas (IPCC) apresentado em 2021 revela-se que, caso as emissões de gases de efeito estufa não sejam reduzidas a valores líquidos zerados ainda na metade deste século, o rápido aumento da temperatura global trará consequências catastróficas e para além do que se pode imaginar. Regiões do Sul Global, outrora dominados, submetidos e explorados por diferentes potências econômicas e militares ao longo da história, sofrerão com maiores períodos de secas e enchentes. Os Povos e Comunidades Tradicionais, cujos meio de subsistência dependem dos recursos naturais renováveis do território que habitam, serão os mais afetados.

Mesmo com a inclusão de aspectos sanitários e da saúde pública no planejamento urbano-ambiental após a Revolução Científica (XVI-XVIII), problemas como a falta de saneamento básico persistem até os dias de hoje, servindo até mesmo como pretexto para a implantação de políticas público-privadas de higienização social. Portanto, a reflexão acerca da efetividade de tais medidas que garantam o direito à moradia, a segurança, a inclusão e a qualidade de vida são de urgente e extrema importância para todos e para as próximas gerações.

Vivemos até hoje sob um domínio tecnológico e científico Norte Global, assim como em outros aspectos políticos e socioeconômicos. Muitas vezes, tais princípios são fundamentados a partir de uma ideologia de classe dominante e de "conhecimento superior" sobre outros povos. Faz-se então necessário "aprender que existe o Sul, aprender a ir para o Sul, aprender a partir do Sul e com o Sul" (SANTOS, 1995).

É necessário enxergar o mundo de uma maneira transdisciplinar e, principalmente nos territórios do Sul Global, decolonizar o pensamento; buscando alternativas e soluções contemporâneas para os problemas contemporâneos. Trata-se de uma atitude proativa de reconstrução das relações humanas e ecológicas, expressas pelas milenares cosmovisões ancestrais dos povos e comunidades tradicionais (FLEURI, 2020), ricos em conhecimento empírico e filosófico que possibilitariam novas compreensões para o conhecimento científico e maneiras genuínas de um modo de vida sustentável e harmônico no nosso planeta.

Tendo como estudo de caso a vila de Caraíva/BA e o processo de gentrificação que ocorre no território tradicional, este artigo tem como principal objetivo incluir conceitos do bem viver com a análise das dimensões da sustentabilidade propostas por Liza Andrade e Natália Lemos (2015), visando uma nova identificação de padrões espaciais e de acontecimentos tradicionais na busca por soluções contra

os problemas e demandas da comunidade nativa local. Para tanto, realizou-se revisão bibliográfica e a elaboração de questionário semiestruturado, adaptando-se às condições impostas pelo ainda estado de pandemia com a aplicação do mesmo de forma remota (*google forms)* e elaborado a partir de reuniões *online* com a Associação dos Nativos de Caraíva (ANAC).

Este artigo compõe parte dos resultados do capítulo final da pesquisa de dissertação "Gentrificação e contra gentrificação na RESEX Marinha do Corumbau: padrões de ocupação e reocupação urbano-ambiental e turística na vila de Caraíva" (PPG/FAU-UnB), realizado no âmbito do Grupo de Pesquisa e Extensão 'Periférico, trabalhos emergentes da FAU/UnB e com apoio da CAPES-Brasil. Insere-se também no projeto de pesquisa "Estudos sobre território de uso tradicional das vilas da RESEX Corumbau – o caso de Caraíva", com registro no ICMBio (pesquisa nº 61756) e realizado em parceria com a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e da Associação dos Nativos de Caraíva (ANAC). Primeiramente, este artigo contextualiza a região do estudo de caso e os conceitos teóricos que foram utilizados. Posteriormente, são apresentados os aspectos metodológicos da pesquisa e os resultados do questionário semiestruturado aplicado, sistematizando os padrões espaciais e de acontecimentos tradicionais apontados pela comunidade nativa e as contribuições/recomendações para próximos estudos.

2. ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Expressão recentemente apropriada pela literatura brasileira, gentrificação é o termo abrasileirado da palavra inglesa *gentrification*, conceito criado pela socióloga marxista britânica Ruth Glass na década de 1960 para explicar o fenômeno urbano que causava as rápidas transformações urbanas que ocorriam em bairros populares de Londres após a chegada da burguesia GLASS, 1964) Com a permanência desses novos moradores na região e a consequente consolidação de uma nova dinâmica socioeconômica, bairros centenários foram perdendo sua característica popular (Figura 1) e as famílias e indivíduos que não dispunham de melhores condições financeiras, se viram obrigadas a procurar novas residências nas áreas periféricas.

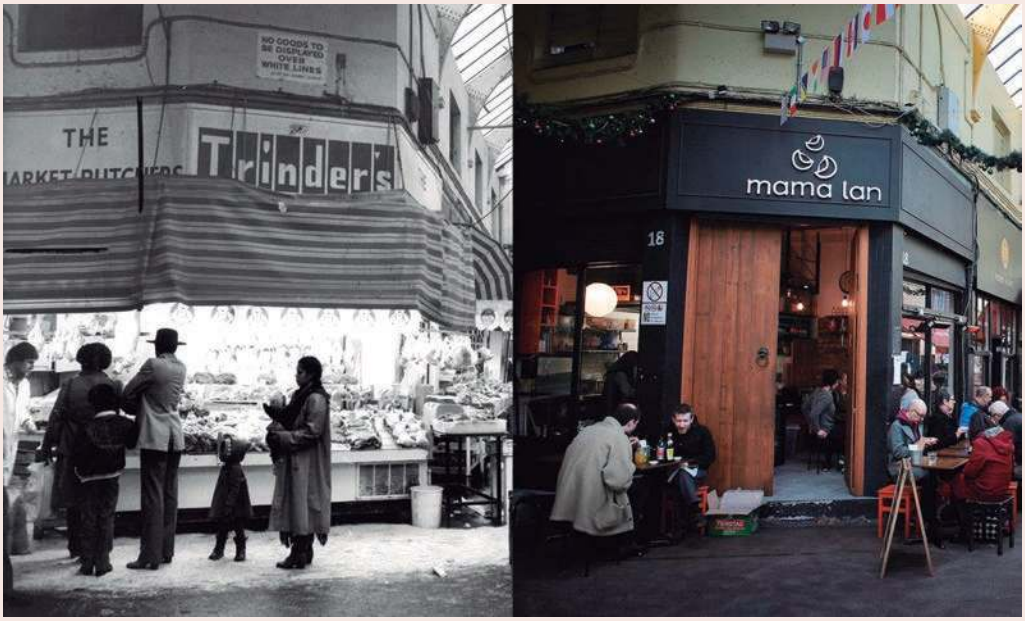

Figura 1. Mercado Interno de Brixton em 1981 e 2016. The Guardian (2016)

A partir do declínio do modelo socioeconômico dos países industrializados e a sua posterior "recuperação" com a consolidação de políticas neoliberais no final da década de 1970, o fenômeno da gentrificação passa a ser percebido em diversas cidades capitalistas dos países ocidentais. Analisando o processo de gentrificação em Nova Iorque entre as décadas de 1980 e 1990, o geógrafo Neil Smith reconhece o diferencial de renda como fator determinante para esse processo (SMITH, 1996). Para Smith o processo de gentrificação seria então um fenômeno socioespacial, ocasionado pela chegada de novos moradores, estes, de maior poder aquisitivo, sobre áreas inicialmente ocupadas por comunidades de menor poder aquisitivo. Instaurado a partir da especulação imobiliária, o aumento do custo de vida e enobrecimento de tais áreas, o processo de gentrificação causa significativas transformações socioespaciais que resultam na expulsão (e até mesmo a eliminação) dos seus antigos moradores.

Ocorre que nos países latino-americanos - e até mesmo em pequenas comunidades tradicionais europeias como em Ibiza (BARBERIA, 2017), por exemplo - o processo de gentrificação não ocorre em sua grande maioria nos centros urbanos e proximidades, mas também em áreas semiurbanas, costeiras, áreas preservadas de Uso Sustentável e até mesmo em territórios tradicionais habitados. Ou seja, em qualquer área com potencial turístico.

Essa postura, de uma cultura de mercado capitalística, desconhece e desconsidera a essência do fenômeno turístico, que exerce uma pressão crescente sobre a produção da subjetividade social, o ecossistema, o modo estético, a herança cultural, existentes nas localidades, gerando agenciamentos possíveis de ressignificação junto à realidade, por meio da relação entre visitantes e visitados cada vez mais fugazes. (BENI; MOESCH, 2017, p. 432).

Essa relação íntima entre o processo de gentrificação e o turismo é denominado pelo sociólogo Jorge Sequera Fernández em seu livro "Gentrificación, Capitalismo

cool, turismo y control del espacio urbano" como turistificación - ou turistificação, na literatura brasileira. Trata-se de um fenômeno antítese ou complementar ao processo de gentrificação resultante da expulsão e transformação do espaço em consequência das atividades turísticas e políticas neoliberais de desenvolvimento (FERNANDEZ, 2020). E é neste contexto que se insere o território tradicional das vilas da Reserva Extrativista (RESEX) Marinha do Corumbau.

As Reservas Extrativistas são Unidades de Conservação de Uso Sustentável que visam garantir a proteção dos territórios que apresentem características ecológicas e ambientais relevantes para a população tradicional. De acordo com o artigo 18 da Lei n.º 9.985/2000 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as RESEX são:

[...] áreas utilizadas por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (BRASIL, 2000).

Sendo a principal legislação a nível global, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), adotada em Genebra no ano de 1989 e promulgada no Brasil através do Decreto Executivo nº 5051/04, reconhece o direito conquistado e natural dos povos indígenas e comunidades tradicionais de gozar plenamente dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculos e nem discriminações, respeitando e garantindo as especificidades de cada povo, comunidade e território que sejam necessárias para salvaguardar as pessoas, as instituições, os bens materiais e imateriais, a cultura e o meio ambiente dos povos interessados. Importante também citar a particular contribuição dos povos tradicionais à diversidade cultural, à harmonia social e ecológica da humanidade e a cooperação e compreensão internacional.

Localizada no território terrestre costeiro a Reserva Extrativistas (RESEX) Marinha do Corumbau, a pequena e tradicional vila de pescadores de Caraíva (figura 2) - de população nativa composta em sua grande maioria de integrantes e descendentes do povo Pataxó, vem sofrendo desde o primeiro contato com o mundo ocidental inúmeros conflitos territoriais e, mais recentemente, com o avanço do processo de gentrificação e a consequente "expulsão" da população tradicional.

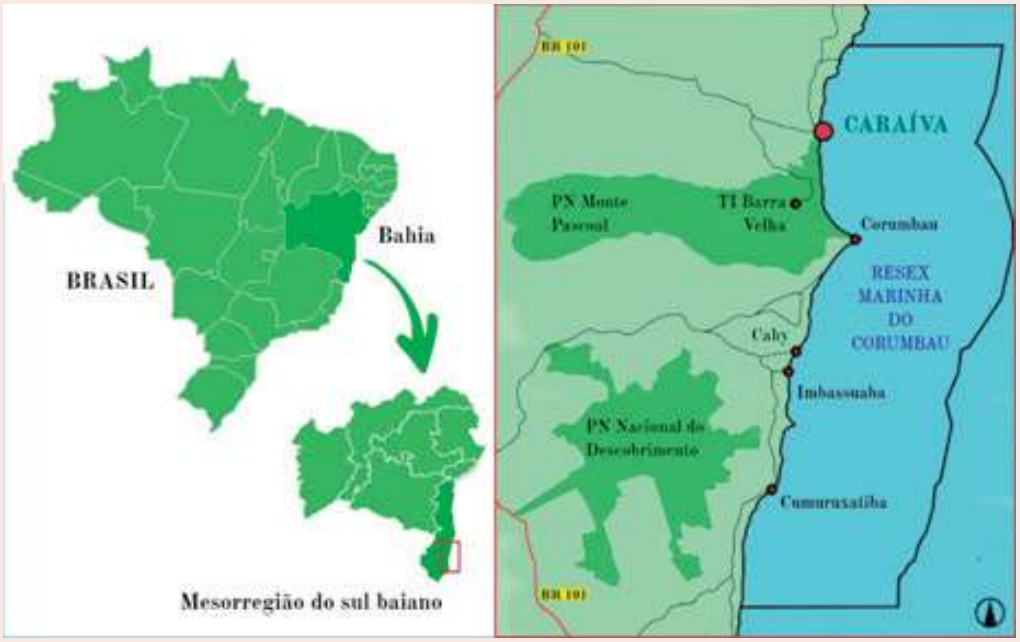

Figura 2. Localização de Caraíva na RESEX Marinha do Corumbau. Autor (2021)

A partir da abertura da BR 101 no final da década de 1970 e a chegada do turismo na região - incentivados por políticas neoliberais de desenvolvimento econômico e regional a qualquer custo de uma ditadura civil-militar (1964-1985) – se inicia o processo de gentrificação. Com a valorização do espaço ao longo das últimas décadas, constata-se o avanço do processo de gentrificação e a sua relação com as práticas turísticas (turistificação), onde o aumento pela procura de uma paisagem paradisíaca e estadia em uma vila sossegada chamam a atenção do mercado imobiliário e de pequenos e grandes empresários.

Devido a fama de lugar paradisíaco e a melhoria dos acessos para a vila, Caraíva sofreu uma explosão turística e habitacional nas últimas duas décadas. Atualmente, o número de visitantes em alta temporada é completamente incompatível com o tamanho da vila e a capacidade da infraestrutura urbano-ambiental de suportar tal demanda. Apesar de a venda de terrenos na região ter iniciado a partir da década de 1980, o atual arrendamento em massa de lotes por parte dos nativos contribui mais ainda para a chegada de novos moradores e empresários de outras regiões. A partir da consolidação do processo de gentrificação típico de economias liberais, hoje Caraíva sofre com o turismo insustentável (figuras 2 e 3) e com a especulação imobiliária, como mostrado pelos registros de um nativo mesmo durante a pandemia. Atualmente, a comunidade nativa representa menos de 1/3 da população total (FERREIRA; ANDRADE; MENEZES, 2018 a), distribuídos em 5 famílias (NEIMAN, 2020).



Figura 3. Reabertura da vila em setembro de 2020.



Figura 4. Aglomeração de turistas em junho de 2021.

Sendo assim, é preciso uma mudança real na compreensão da prática do turismo, assegurando um desenvolvimento onde os interesses da população local e dos turistas se sobreponham aos interesses das categorias empresariais (KRIPPENDORF, 2001). A emergência de um novo paradigma para o turismo associa-se à compreensão da complexidade da vida e dos laços criados pelo processo de construção e reconstrução dos indivíduos, garantindo a estes a oportunidade de se tornarem sínteses de seus anseios e de suas virtudes. Para isto, é preciso ultrapassar as fronteiras ideológicas e sensíveis à perenidade do consumo e ao parasitismo do capital que impulsiona a criação de necessidades fantasiosas e insustentáveis (BAUMAN, 2010).

> "Temos que disputar o espaço público, mas temos que garantir a sobrevivência dos 'territórios da utopia' que são os territórios que estão sendo massacrados. É estratégico que os quilombolas e os indígenas experimentem o processo do pós-eucalipto. É estratégico que os pescadores garantam os territórios pesqueiros tradicionais. Porque é por aí que poderemos construir um horizonte de transição" (Marcelo Calazans, 2015).

2.1 PRINCÍPIOS DA SUSTENTABILIDADE E BEM VIVER

A metodologia avaliativa "Sustentabilidade e Qualidade da Forma Urbana" (Tabela 1), apresentada como parte do trabalho do grupo de pesquisadores da FAU/UnB, aborda uma série de análises que seguem princípios norteadores à cada uma das quatro classes do desenvolvimento sustentável (ambiental, social, econômico e cultural), mostrando como as soluções podem ser feitas de maneira inclusivas e abordando cada esfera urbana e ambiental do estudo de caso.

PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
Proteção ecológica e agricultura urbana
Infraestrutura verde: gestão d'água, drenagem natural e tratamento de esgoto alternativo
Conforto ambiental
Promoção dos sistemas alternativos de energia e diminuição da pegada ecológica
Saúde
Redução, reutilização e reciclagem de resíduos
PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL
Urbanidade
Comunidade com Sentido de Vizinhança
Moradias Adequadas
Mobilidade e Transportes Sustentáveis
PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA
Adensamento Urbano
Dinâmica urbana
Desenvolvimento da Econômica Local em Centros de Bairros
PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE CULTURAL E EMOCIONAL
Revitalização Urbana
Legibilidade e Orientabilidade
Identificabilidade
Afetividade e Simbologia

Tabela 1. Princípios da Sustentabilidade (ANDRADE; LEMOS, 2015)
Fonte: ANDRADE E LEMOS, 2015. Adaptação: Autor, 2021.

Por se tratar de um território tradicional e com a possibilidade de adaptação readaptação da metodologia, faz-se necessário complementar alguns aspectos dos princípios de sustentabilidade.

A origem do termo "Bem Viver" faz referência a uma prática ancestral dos povos que viviam na cordilheira dos Andes, sendo um termo traduzido para o espanhol a partir de pesquisas no território. Tais povos eram os *Quechua* e *Aymara*, que viveram séculos nessa cordilheira e que tinham em comum uma cosmovisão em que não só a cordilheira era um ser vivo como também os animais, os vulcões, os rios e montanhas (KRENAK, 2021) e vários elementos naturais dos ecossistemas. Tal cosmovisão leva o ser humano a entender a Terra como um organismo vivo, que adoece, respira e merece ser cuidado e respeitado.

A inclusão da cosmovisão indígena e tradicional dos povos de *Abya Yala* (Américas) e, mais especificamente de Pindorama (Brasil), são de extrema importância pela busca de novas soluções e paradigmas para os problemas enfrentados por estas populações e a humanidade como um todo. Aldof Litaiff, brasileiro Ph.D em Antropologia Cultural pela Universidade de Montreal, cita em seus estudos sobre desenvolvimento autossustentável de comunidades indígenas guarani que "sem tekoá não há tekô" – sem terra não há cultura (LITAIFF, 2008), ou seja, sem o reco-

nhecimento do território como um ser vivo e indispensável para o desenvolvimento do ser humano, não há como "viver bem".

Sendo assim, surge a necessidade de incluir um tópico em cada uma das 4 áreas dos princípios de sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural (tabela 1), de acordo com a revisão da literatura de povos locais (especialmente dos Guarani, referência de cosmovisão entre os povos originários) sobre a cosmovisão dos povos tradicionais do território:

PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
Respeito a Natureza - disponibilidade e proximidade de água doce (rios, lagos, nascentes), contato com o meio ambiente (vegetação, florestas, montanhas, etc.); (WERÁ; MUNDURUKU, 2020).
PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL
Respeito às relações – diversidade e inclusão, fim das diferenças sociais (extinção das classes), consenso como meio de decisão (WERÁ; MUNDURUKU, 2020);
PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA
Respeito aos recursos naturais – extração sustentável dos recursos naturais, território com componente econômico-produtivo ("terra boa, fácil para ser cultivada, produtiva, suficiente e amena, tranquila e aprazível, onde [...] possam viver em plenitude seu modo de ser autêntico" (MELIA, 1988: 26).
PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE CULTURAL E EMOCIONAL
Respeito aos ancestrais – valorização dos costumes e promoção da cultura e do saber tradicional; transmissão do saber (WERÁ; MUNDURUKU, 2020);

Tabela 2. Dimensões da Sustentabilidade + Noções do Bem Viver

Essa inclusão busca identificar os padrões espaciais e de acontecimentos tradicionais na região, complementares a análise anteriormente realizada (FERREIRA et al, 2018 b) e que possibilitaria novas compreensões na busca de soluções. A partir dessa adaptação e de reuniões com os representantes da comunidade local, foi elaborado o questionário (Tabela 3) semiestruturado a fim de perceber tais princípios.

QUESTIONÁRIO
(Q.1) Em qual região de Caraíva você mora?
(Q.2) Além da água, o quanto é importante o território terrestre e tradicional para a comunidade nativa de Caraíva?
(Q.3) Como são tomadas as decisões entre a comunidade nativa?
(Q.4) O turismo é importante para o desenvolvimento da comunidade nativa?
(Q.5) Se sim, como você gostaria que fosse reconhecido o turismo de Caraíva?
(Q.6) Como é passado o conhecimento tradicional?

Continua...

...continuação...

QUESTIONÁRIO
(Q.7) Do que mais você sente falta na Caraíva de antes do turismo?
(.8) Quais os principais problemas enfrentados pela comunidade nativa de Caraíva atualmente?
(Q.9) O que poderia feito para melhorar a situação atual de Caraíva?
(Q.10) Quais dessas fotos mais representa a vila tradicional de Caraíva para você?
(Q.11) Quais desses ambientes sua casa possui?
(Q.12) Se pudesse escolher, qual o tipo de habitação você gostaria?
(Q.13) Caso tenha possiblidade de morar em uma vila de pescadores, como você a imaginaria?

Tabela 3. Questionário semiestruturado

Por conta do estado de pandemia pela Covid-19 e recomendações da OMS de isolamento social – além de se tratar de um território de povos e comunidades tradicionais, optou-se para a conclusão desta etapa a aplicação do questionário de forma remota (*google forms*), sendo de comum acordo com a ANAC e realizado durante o cadastro e recadastro dos pescadores tradicionais de Caraíva. Ao todo, foram entrevistados 22 nativos, mediante Termo de Consentimento Legal e Esclarecido – TCLE

3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da aplicação do questionário, constatou-se que apenas 55% dos entrevistados moram em Caraíva, os outros, residem em Nova Caraíva e na região de Jambrero, ambas no entorno imediato. Dos que vivem em Caraíva (Figura 4), 38,9 % vivem na região 2, área de expansão da antiga vila de Caraíva conhecida pelos nativos como "rua de cima"; 22,2% moram na Região 4 (Transição Caraíva/Xandó); também outros 22,2% moram na Região 1 (Rua de Baixo/beira do rio); os outros 16,7% não moram em Caraíva e nenhum entrevistado nativo mora na região das pousadas (Região 3). Para os entrevistados, tanto a parte marítima como a parte terrestre são importantes para a comunidade.



Figura 4. Regiões de Caraíva.

De acordo com a visão da comunidade, que afirma que o turismo é uma prática essencial para o desenvolvimento, gostariam que o território fosse reconhecido como um local de descanso, sossego e de apreciação das belezas naturais, seguido pela valorização da cultura local e dos conhecimentos tradicionais.

Os moradores citam também problemas recorrentes com a chegada intensa de turistas e festas que não condizem com o modo de vida e gosto local, que focam em atender uma parcela da população que não pertencem ao local. Diante disso, pensam que estudos sobre a capacidade de suporte da vila e o controle do número, bem como assegurar o território terrestre da RESEX exclusivamente para a população nativa e a comunidade tradicional que, diante do avanço do processo de gentrificação, se viram obrigados a procurarem novos meios de subsistências em outras regiões.

A partir dos resultados, foram percebidos tais padrões espaciais e de acontecimentos no local (Tabela 3):

De acordo com os moradores, 87,5% escolheram a foto de Caraíva antiga (até a década de 1980) como a imagem que mais representa a vila tradicional. Em relação ao que sentem mais falta na Caraíva antes do turismo, responderam que são do sossego/silêncio, da cultura tradicional (festas, encontros, pescaria), dos verdadeiros nativos e dos que não moram mais na comunidade	
Em relação à moradia, apontaram que as casas térreas para uma família com área verde e casas mais afastadas melhor representam o modo de habitação tradicional, valorizando aspectos como hortas no terreno, quintal/varanda e área de serviço externa.	

Caso tenham a possibilidade de morar uma vila exclusiva para os pescadores tradicionais, grande parte dos entrevistados responderam que a natureza preservada seria o aspecto mais importante, seguido de infraestrutura e equipamentos urbanos básicos, hortas comunitárias e residências mais próximas à beira do rio.	

Tabela 3. Padrões espaciais e de acontecimento

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados e como demanda mais urgente da população nativa, recomenda-se estudos sobre a capacidade de carga e sobrecarga da vila de Caraíva, a fim de reverter o processo de gentrificação e preservar/retomar os locais e costumes tradicionais - bem como a permanência das famílias tradicionais que ainda residem e resistem na região.

De acordo com a comunidade nativa, a proibição de festas que visam atender um público externo e a valorização de um outro turismo como fenômeno social e de matriz comunitária faria com que a própria comunidade escolhesse o "tipo" de turista e as épocas propícias para a abertura das atividades, respeitando os ciclos naturais e ambientais do território e de todos os seres que nela habitam.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andrade, L; Lemos, N. (2015) Qualidade de praojeto urbanístico: sustentabilidade e qualidade da forma urbana. In: AMORIM, C. N. D. et al. Avaliação da qualidade da habitação de interesse social: projetos arquitetônicos e urbanístico e qualidade urbanística. Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UnB.

Bauman, Z. (2010) Capitalismo parasitário. Rio de Janeiro: Zahar.

Beni, M. C. & Moesch, M. M. (2017) A teoria da complexidade e o ecossistema do turismo. Turismo - Visão e Ação, Balneário Camboriú, 19(3), p. 430-457. DOI: https://dx.doi.org/10.14210/rtva.v19n3.p430-457, 2017.

Brasil. (2011) Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Brasília: MMA.

Fleuri, R. (2020) Paulo Freire e as cosmovisões dos povos originários. Educazione Aperta, v. 7, p. 242-261.

Glass, R. (1964) Londos: aspects of change. Londres: MacGibbon e Kee.

Krippendorf, J. (2001) Sociologia do Turismo: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph.

Ferreira, M. Andrade, L. Menezes, P. (2018 a). Por um território terrestre da reserva extrativista marinha do Corumbau: o caso de Caraíva. Paranoá: Cadernos De Arqui-

tetura E Urbanismo, (22), 172–181. https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n22.2018.12

Ferreira, M. Andrade, L. Menezes, P. (2018 b) Território Terrestre e Tradicional da RESEX Marinha do Corumbau: estudo sobre padrões espaciais na Vila de Caraíva. **Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes**, *[S. l.]*, v. 6, n. 13, 2018 b. DOI: 10.17271/2317860461320181930. https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/cidades_verdes/article/view/1930.

Neiman, Z.; Barros-Freire, J. (2020). Percepção local acerca da aplicabilidade do Ecoturismo de Base Comunitária na RESEX Corumbau (BA). Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.13, n.3, pp. 488-515.

Santos, B. (1995) Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition. New York: Routledge.

Sequera, J. (2020). Gentrificación: Capitalismo cool, turismo y control del espacio urbano. Madrid: Catarata.

Smith, N. (1996) The New Urban Frontier. Gentrification and the Revanchist City. Londres: Routledge.

Werá, K. Munduruku, D. (2019) A arte do Bem-Viver: Conversa com Kaká Werá. Youtube, 15 de fev. de 2019. https://youtu.be/wJS1YbT-Lhg